Editora Solução
a solução para o seu concurso!

MANAUSPREV-AM

MANAUS PREVIDÊNCIA - AMAZONAS

ANALISTA PREVIDENCIÁRIO
CONTABILIDADE

- Língua Portuguesa
- Raciocínio Lógico-Matemático
- Noções de Informática
- Noções de Inteligência Artificial
- Contabilidade Geral
- Contabilidade Aplicada ao Setor Público
- Administração Financeira e Orçamentária
- Matemática Financeira e Estatística Aplicada
- Noções de Direito Previdenciário e Legislação Municipal

INCLUI QUESTÕES GABARITADAS

EDITAL Nº 01/2026 DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES

BÔNUS
ÁREA DO CONCURSEIRO

- **Português:** Ortografia, Fonologia, Acentuação Gráfica, Concordância, Regência, Crase e Pontuação.
- **Informática:** Computação na Nuvem, Armazenamento em Nuvem, Intranet, Internet, Conceitos, Protocolos e Segurança da informação.

41 ANOS
A SOLUÇÃO PARA O SEU CONCURSO

AVISO IMPORTANTE:

Este é um Material de Demonstração

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila.

Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, esta não é a apostila completa.

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- Questões gabaritadas
- Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da APROVAÇÃO.

Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:
https://www.editorasolucao.com.br/

Editora Solução
a solução para o seu concurso!

MANAUSPREV - AM

Analista Previdenciário - Contabilidade

SL-029ST-26
7901183008094

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

Língua Portuguesa

1. Ortografia 9
2. Acentuação 14
3. Emprego do sinal indicativo de crase 16
4. Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados 18
5. Relação do texto com seu contexto histórico 21
6. Denotação e conotação. Sinonímia e antonímia 24
7. Discurso direto, discurso indireto e discurso indireto livre. 25
8. Intertextualidade 27
9. Figuras de linguagem 30
10. Morfossintaxe. Coordenação e subordinação 33
11. Elementos estruturais e processos de formação de palavras 37
12. Pontuação 42
13. Pronomes 49
14. Concordância nominal e concordância verbal 51
15. Flexão nominal e flexão verbal. Vozes do verbo. Correlação de tempos e modos verbais 55
16. Regência nominal e regência verbal 57
17. Conectivos 61
18. Redação (confronto e reconhecimento de frases corretas e incorretas; organização e reorganização de orações e períodos; equivalência e transformação de estruturas) 62

Raciocínio Lógico-Matemático

1. Estrutura lógica de relações arbitrárias entre pessoas, lugares, objetos ou eventos fictícios; Deduzir novas informações das relações fornecidas e avaliar as condições usadas para estabelecer a estrutura daquelas relações 77
2. Compreensão e elaboração da lógica das situações por meio de: raciocínio verbal, raciocínio matemático, raciocínio sequencial, orientação espacial e temporal, formação de conceitos, discriminação de elementos 83
3. Compreensão do processo lógico que, a partir de um conjunto de hipóteses, conduz, de forma válida, a conclusões determinadas 98
4. Noções básicas de proporcionalidade e porcentagem: problemas envolvendo regra de três simples, cálculos de porcentagem, acréscimos e descontos 102
5. Noções de estatística: medidas de tendência central (moda, mediana, média aritmética simples e ponderada) e de dispersão (desvio médio, amplitude, variância, desvio padrão); Leitura e interpretação de gráficos (histogramas, setores, infográficos) e tabelas 106

Noções de Informática

1. Conceitos básicos de informática, hardware, software 117
2. Sistemas operacionais (microsoft windows 11) e gerenciamento de arquivos e pastas 119
3. Utilização de editores de texto (microsoft word 2024), planilhas eletrônicas (microsoft excel 2024) e apresentações (microsoft powerpoint 2024), incluindo criação, edição, formatação, fórmulas e funções básicas, tabelas e gráficos 123
4. Uso da internet (google chrome, microsoft edge e mozilla firefox), correio eletrônico (microsoft outlook 2024), armazenamento em nuvem (microsoft onedrive/microsoft 365 e google drive/google workspace) e ferramentas de comunicação e compartilhamento de arquivos (microsoft teams/microsoft 365 e google meet/google workspace) 130

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

5. Noções de segurança da informação, proteção de dados, senhas, autenticação, phishing, vírus, malware, engenharia social, backup, lgpd e boas práticas de segurança no ambiente de trabalho 151

Noções de Inteligência Artificial

1. Conceitos básicos, aplicações no ambiente de trabalho (ChatGPT, Microsoft Copilot e Google Gemini), uso responsável, privacidade, proteção de dados, verificação de informações e limitações das ferramentas de IA..... 175

Contabilidade Geral

1. Normas Brasileiras de Contabilidade (aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC)..... 185
2. Elaboração de demonstrações contábeis pela legislação societária e pelas Normas Brasileiras de Contabilidade. Estrutura Conceitual: Conceito e objetivos, usuários e suas necessidades de informação, os ramos aplicados da Contabilidade..... 187
3. Patrimônio e Variações patrimoniais: conceituação de patrimônio, ativos, passivos e patrimônio líquido, aspecto qualitativo e quantitativo, representação gráfica, equação básica da contabilidade, registros de mutações patrimoniais e apuração do resultado 197
4. Plano de Contas e Procedimentos de Escrituração: conceito, classificação (patrimoniais e de resultado) e natureza das contas (devedoras e credoras), método das partidas dobradas, mecanismos de débito e crédito, origens e aplicações de recursos, elementos essenciais do lançamento contábil, regime de competência, balancete de verificação, livros utilizados na escrituração 204
5. Avaliação de Ativos e Passivos. Balanço Patrimonial 212
6. Demonstração do Resultado do Exercício..... 217
7. Demonstração do Resultado Abrangente 218
8. Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados..... 222
9. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido 223
10. Demonstração dos Fluxos de Caixa..... 229
11. Demonstração do Valor Adicionado 231
12. Notas explicativas 238

Contabilidade Aplicada ao Setor Público

1. Conceito. Campo de aplicação..... 249
2. Regime orçamentário e contábil (patrimonial)..... 253
3. Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBC TSP..... 258
4. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 11ª edição 262
5. Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público 265
6. Plano de Contas Aplicado ao Setor Público 266
7. Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal)..... 271
8. Lei Federal nº 4.320/1964..... 288
9. Instrução Normativa TCU nº 84-2020 298
10. Decisão Normativa TCU nº 198/2022 308
11. Manual de Demonstrativos Fiscais, 15ª edição (Portaria STN/MF nº 1.948, de 2 de julho de 2026) 315
12. Decreto-Lei nº 200/1967 315

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

13. Constituição Federal de 1988, art. 70 a 74 334
14. Lei Federal nº 10.180/2001 336
15. Decreto nº 93.872/1986 341
16. Noções acerca do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI): objetivo, vantagens e principais atribuições; estrutura do SIAFI; principais documentos de entrada e saída do SIAFI. 356

Administração Financeira e Orçamentária

1. Orçamento público: Conceitos, diretrizes e princípios orçamentários; Métodos, técnicas e instrumentos do orçamento público 363
2. Ciclo orçamentário (elaboração, aprovação, execução e avaliação) 364
3. Processo de planejamento orçamentário (Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual) . 367
4. Receita e despesa orçamentária: Conceituação, classificação e estágios da receita e despesa orçamentária; Ordenador de Despesas 372
5. Restos a pagar; Despesa de exercícios anteriores 373
6. Suprimento de fundos (regime de adiantamento) 378
7. Créditos adicionais (suplementares, especiais e extraordinários) 379
8. Dívida ativa 382
9. Fonte e destinação de recursos 386
10. Classificações orçamentárias 387
11. Classificação da despesa pública: institucional, funcional, programática, pela natureza 392
12. Classificação da receita pública: institucional, por categorias econômicas, por fontes 393
13. Programação de desembolso e mecanismos retificadores do orçamento: Conta Única do Tesouro Nacional: conceito e previsão legal 397
14. Gestão organizacional das finanças públicas: sistema de planejamento e orçamento e de programação financeira constantes da Lei Federal nº 10.180/2001 402
15. Noções de licitação, pregão e registro de preços 407
16. Dos crimes contra as finanças públicas 413
17. Manual Técnico do Orçamento - MTO 2026 415
18. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 11ª edição – Procedimentos Contábeis Orçamentários 416
19. Manual de Demonstrativos Fiscais, 15ª edição (Portaria STN/MF nº 1.948, de 2 de julho de 2026) 416
20. Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) 416
21. Lei Federal nº 4.320/1964 433
22. Constituição Federal de 1988, art. 165 a 169 443

Matemática Financeira e Estatística Aplicada

1. Juros simples e compostos 455
2. Descontos, séries de pagamentos 456
3. VPL e TIR 466
4. Perpetuidades e taxa equivalente/nominal/efetiva 467
5. Medidas estatísticas, regressão e correlação 469

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

Noções de Direito Previdenciário e Legislação Municipal

1. Regime Próprio de Previdência Social – RPPS; Normas Constitucionais aplicáveis, organização, funcionamento, custeio, equilíbrio financeiro e atuarial 481
2. Normas Gerais das Leis Federais nº 9.717, de 27 de novembro de 1998 e alterações 485
3. Lei Federal nº 10.887, de 18 de junho de 2004 e alterações 488
4. Agentes públicos 492
5. Órgãos de controle do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) 496
6. Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social 500
7. Portaria MPS nº 402, de 10 de dezembro de 2008 e alterações 505
8. Regime de Previdência Complementar; Previdência Complementar dos Servidores Públicos; 505
9. Lei Municipal nº 2.759, de 15 de julho de 2021 (institui o Regime de Previdência Complementar do Município de Manaus) 509
10. Lei Complementar Municipal nº 27, de 19 de novembro de 2025 e alterações, que promoveu a reforma previdenciária do Município de Manaus 512
11. Lei Municipal nº 3.605, de 30 de dezembro de 2025 e alterações 529
12. Lei Municipal nº 1.997, de 18 de junho de 2015 (Processo administrativo municipal) alterada pela Lei nº 3.237/2023 535
13. Resolução nº 03, de 25 de março de 2026 (Regimento Interno da Manaus Previdência) 542
14. Resolução nº 04, de 14 de maio de 2026 (Regulamento do Processo Administrativo Previdenciário no âmbito do RPPS de Manaus) 542
15. Código de Ética da Manaus Previdência 543
16. Lei Municipal nº 1.118, de 01 de setembro de 1971 e alterações (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Manaus) 543

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

LÍNGUA PORTUGUESA

ORTOGRAFIA

A ortografia oficial da língua portuguesa trata das regras que orientam a escrita correta das palavras, garantindo a padronização e a clareza na comunicação. Essas normas são fundamentais para a uniformidade da língua escrita, tanto em contextos formais quanto informais. Ao longo do tempo, o português passou por diversas reformas ortográficas, sendo a mais recente o Novo Acordo Ortográfico, que trouxe algumas mudanças na grafia de palavras e na inclusão de certas letras no alfabeto oficial.

Aprender a ortografia correta de uma língua exige prática, e a leitura é uma das ferramentas mais eficazes para alcançar esse objetivo. A leitura regular não apenas amplia o vocabulário, mas também auxilia na memorização das grafias, uma vez que expõe o leitor a diferentes padrões e contextos. No entanto, apesar da existência de regras claras, a ortografia do português é repleta de exceções, exigindo atenção redobrada dos falantes.

Neste texto, serão abordadas as principais regras ortográficas do português, com destaque para dúvidas comuns entre os falantes. Desde o uso das letras do alfabeto até as regras para o emprego de X, S e Z, veremos como essas normas são aplicadas e quais são os erros mais frequentes. Além disso, exploraremos a distinção entre parônimos e homônimos, palavras que, por sua semelhança gráfica ou sonora, costumam causar confusão.

O Alfabeto na Língua Portuguesa

O alfabeto da língua portuguesa é composto por 26 letras, sendo que cada uma possui um som e uma função específica na formação de palavras. Essas letras estão divididas em dois grupos principais: vogais e consoantes. As vogais são cinco: A, E, I, O, U, enquanto as demais letras do alfabeto são classificadas como consoantes.

A principal função das vogais é servir de núcleo das sílabas, enquanto as consoantes têm a função de apoiar as vogais na formação de sílabas e palavras. Essa divisão permite uma vasta combinação de sons, o que torna o português uma língua rica e complexa em termos de fonologia e grafia.

▸ Inclusão das Letras K, W e Y

Com a implementação do Novo Acordo Ortográfico, assinado pelos países lusófonos em 1990 e efetivado em 2009, houve a reintrodução das letras K, W e Y no alfabeto oficial da língua portuguesa. Essas letras, que anteriormente eram consideradas estranhas ao alfabeto, passaram a ser aceitas oficialmente em determinadas circunstâncias específicas.

As letras K, W e Y são utilizadas em:

- **Nomes próprios estrangeiros:** Ex.: Kátia, William, Yakov.
- **Abreviaturas e símbolos internacionais:** Ex.: km (quilômetro), watts (W).

O objetivo dessa inclusão foi alinhar a ortografia portuguesa com o uso global dessas letras em contextos internacionais, especialmente para garantir a correta grafia de nomes e símbolos que fazem parte da cultura e ciência contemporâneas.

▸ Relevância do Alfabeto para a Ortografia

Compreender o alfabeto e suas características é o primeiro passo para dominar a ortografia oficial. A combinação correta das letras, assim como o reconhecimento dos sons que elas representam, é fundamental para escrever com precisão. A distinção entre vogais e consoantes e o uso adequado das letras adicionadas pelo Acordo Ortográfico são pilares essenciais para evitar erros na grafia de palavras.

A familiaridade com o alfabeto também ajuda a identificar casos de empréstimos linguísticos e termos estrangeiros que foram incorporados ao português, reforçando a necessidade de se adaptar às mudanças ortográficas que ocorrem com o tempo.

▸ Uso do "X"

O uso da letra "X" na língua portuguesa é uma das áreas que mais geram dúvidas devido à sua pronúncia variável e à multiplicidade de regras que regem sua grafia. Dependendo da palavra, o "X" pode assumir diferentes sons, como /ch/ (em "chave"), /ks/ (em "táxi"), /s/ (em "próximo") ou até mesmo /z/ (em "exemplo"). Além disso, há regras específicas que ajudam a determinar quando se deve usar o "X" ao invés de outras letras, como o "CH".

A seguir, serão apresentadas algumas regras e dicas práticas para o uso correto do "X" na ortografia portuguesa.

▸ Após as Sílabas "ME" e "EN"

Uma das principais regras de uso do "X" é sua ocorrência após as sílabas "me" e "en", uma peculiaridade que se aplica a muitas palavras do português. Em casos como esses, o "X" deve ser utilizado em vez do "CH".

Ex.:

Mexer (não "mecher")

Enxergar (não "enchergar")

▸ Após Ditongos

Outro caso comum de uso do "X" é após ditongos, que são encontros de duas vogais na mesma sílaba. Nessa situação, a letra "X" é empregada em vez de outras consoantes, como o "S" ou o "CH".

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

Ex.:

Caixa (não "caicha")

Baixo (não "baicho")

- **Palavras de Origem Indígena ou Africana**

O "X" também é utilizado em muitas palavras de origem indígena ou africana, refletindo a influência dessas culturas na formação do vocabulário da língua portuguesa. Esses termos foram incorporados ao idioma ao longo da colonização e preservam a grafia com "X".

Ex.:

Abacaxi (fruto de origem indígena)

Orixá (divindade de religiões de matriz africana)

Exceções e Particularidades

Apesar dessas regras, o uso do "X" na língua portuguesa está cheio de exceções que não seguem um padrão claro, o que muitas vezes exige que o falante simplesmente memorize a grafia correta de certas palavras. Por exemplo, palavras como exceção, excluir e exame não seguem as regras gerais e precisam ser decoradas.

Uma maneira eficaz de evitar erros na escrita do "X" é observar o contexto em que ele aparece. As regras mencionadas anteriormente são úteis, mas em muitos casos, a leitura frequente e a exposição à língua são as melhores estratégias para memorizar a grafia correta. Além disso, é importante atentar-se às exceções que não seguem uma regra clara e que podem confundir o falante.

Dominar o uso do "X" é essencial para escrever de forma clara e correta, já que muitos erros comuns de ortografia envolvem justamente a confusão entre o "X" e outras letras que apresentam sons similares.

- **Uso do "S" e "Z"**

O uso correto das letras "S" e "Z" na língua portuguesa pode gerar confusão, pois ambas podem produzir o som de /z/ em determinadas palavras. No entanto, há regras que orientam a escolha entre essas duas letras em diferentes contextos. A seguir, serão apresentadas algumas dessas regras para ajudar a diferenciar o uso do "S" e do "Z".

- **Uso do "S" com Som de "Z"**

A letra "S" pode assumir o som de /z/ em alguns casos específicos. Essas ocorrências, embora comuns, seguem regras claras que facilitam a sua identificação.

a) Após Ditongos

O "S" assume o som de /z/ quando aparece logo após um ditongo (encontro de duas vogais na mesma sílaba).

Ex.:

Coisa

Maisena

b) Palavras Derivadas de Outras com "S" na Palavra Primitiva

Em palavras derivadas, se a palavra primitiva já contém a letra "S", essa letra deve ser mantida na palavra derivada, mesmo que o som seja de /z/.

Ex.:

Casa → Casinha

Análise → Analisador

c) Sufixos "ês" e "esa" Indicando Nacionalidade ou Título

Nos sufixos "ês" e "esa", usados para indicar nacionalidade, título ou origem, a letra "S" também pode ter o som de /z/.

Ex.:

Francês, portuguesa

Marquês, duquesa

d) Sufixos Formadores de Adjetivos: "ense", "oso" e "osa"

Quando palavras formam adjetivos com os sufixos "ense", "oso" e "osa", a letra "S" também é utilizada com o som de /z/.

***Ex.**: Preguiçoso, gloriosa*

- **Uso do "Z"**

A letra "Z" tem regras bem definidas em relação à sua utilização, especialmente em radicais e sufixos de palavras.

a) Em Palavras que Têm Radicais com "Z"

O "Z" é mantido em palavras derivadas que possuem o radical ou a forma primitiva com essa letra. Isso ocorre principalmente em verbos e substantivos.

Ex.:

Feliz → Felicidade

Realizar → Realização

b) Verbos Terminados em "-izar"

Os verbos terminados em "-izar" costumam ter sua forma baseada em substantivos ou adjetivos que não terminam com "S", mas com "Z". Essa regra é bastante comum na formação de verbos que indicam a ação de transformar algo.

Ex.:

Civilizar (de "civil")

Organizar (de "organização")

c) Palavras com Sufixos "-ez", "-eza"

Os sufixos "-ez" e "-eza", que formam substantivos abstratos, também utilizam a letra "Z".

Ex.:

Beleza

Tristeza

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

ESTRUTURA LÓGICA DE RELAÇÕES ARBITRÁRIAS ENTRE PESSOAS, LUGARES, OBJETOS OU EVENTOS FICTÍCIOS; DEDUZIR NOVAS INFORMAÇÕES DAS RELAÇÕES FORNECIDAS E AVALIAR AS CONDIÇÕES USADAS PARA ESTABELECER A ESTRUTURA DAQUELAS RELAÇÕES

Estruturas lógicas

Antes de tudo, é essencial compreender o conceito de proposições. Uma proposição é definida como uma sentença declarativa à qual podemos atribuir um único valor lógico: verdadeiro ou falso, nunca ambos. Em outras palavras, trata-se de uma sentença que pode ser considerada fechada.

Existem diferentes tipos de proposições, sendo as principais:

- **Sentenças abertas:** são sentenças para as quais não é possível atribuir um valor lógico verdadeiro ou falso, e, portanto, não são consideradas frases lógicas.

Exemplos incluem:

Frases interrogativas: "Quando será a prova?", "Estudou ontem?", "Fez sol ontem?".

Frases exclamativas: "Gol!", "Que maravilhoso!".

Frases imperativas: "Estude e leia com atenção.", "Desligue a televisão.".

Frases sem sentido lógico (expressões vagas, paradoxais, ambíguas, etc.): "Esta frase é falsa." (expressão paradoxal), "O cachorro do meu vizinho morreu." (expressão ambígua), "2 + 5 + 1".

- **Sentença fechada:** Uma sentença lógica é aquela que admite um ÚNICO valor lógico, seja ele verdadeiro ou falso.

Proposições simples e compostas

Proposições simples, também conhecidas como atômicas, são aquelas que NÃO contêm nenhuma outra proposição como parte integrante de si mesma. Elas são designadas pelas letras latinas minúsculas p, q, r, s..., sendo chamadas de letras proposicionais.

Por outro lado, proposições compostas, também conhecidas como moleculares ou estruturas lógicas, são formadas pela combinação de duas ou mais proposições simples. Elas são designadas pelas letras latinas maiúsculas P, Q, R, S..., também chamadas de letras proposicionais.

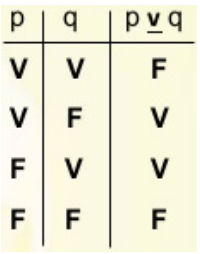
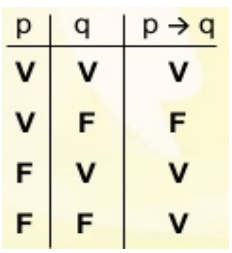
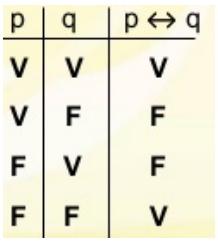
É importante ressaltar que TODAS as proposições compostas são formadas por duas ou mais proposições simples.

Proposições Compostas – Conectivos

As proposições compostas são constituídas por proposições simples conectadas por conectivos, os quais determinam seu valor lógico. Isso pode ser observado na tabela a seguir:

Operação	Conectivo	Estrutura Lógica	Tabela verdade
Negação	~	**Não** p	p | ~p V | F F | V
Conjunção	^	p **e** q	p | q | p ∧ q V | V | V V | F | F F | V | F F | F | F

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

Disjunção Inclusiva	v	p **ou** q	
Disjunção Exclusiva	$\underline{v}$	**Ou** p **ou** q	
Condicional	→	**Se** p **então** q	
Bicondicional	↔	p **se e somente se** q	

Em resumo, a tabela verdade das proposições simplifica a resolução de várias questões.

P	Q	$P \wedge Q$	$P \vee Q$	$P \underline{\vee} Q$	$P \rightarrow Q$	$P \leftrightarrow Q$
V	V	V	V	F	V	V
V	F	F	V	V	F	F
F	V	F	V	V	V	F
F	F	F	F	F	V	V

As sequências podem ser compostas por números, letras, pessoas, figuras e assim por diante. Há várias maneiras de estabelecer uma sequência, mas o importante é que haja pelo menos três elementos que caracterizem a lógica de sua formação. No entanto, algumas séries exigem mais elementos para definir sua lógica. Ter um bom conhecimento em Progressões Aritméticas (PA) e Progressões Geométricas (PG) torna a dedução das sequências simples e sem complicações. É crucial estar atento a vários detalhes oferecidos por elas, como nos exemplos abaixo:

Teoria dos Conjuntos

A noção de A noção de conjunto está presente em muitos aspectos da vida, sejam eles cotidianos, culturais ou científicos. Por exemplo, formamos conjuntos ao organizar a lista de amigos para uma festa, agrupar os dias da semana ou simplesmente fazer grupos.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

CONCEITOS BÁSICOS DE INFORMÁTICA, HARDWARE, SOFTWARE

Hardware

Hardware corresponde ao conjunto de componentes físicos de um computador. Isso inclui a Unidade Central de Processamento (CPU), unidades de armazenamento, placas-mãe, placas de vídeo, memória, etc.[1] Outros componentes, chamados dispositivos periféricos, incluem mouse, impressora, modem, scanner, câmera, entre outros.

Para que todos esses componentes sejam usados apropriadamente dentro de um computador, é necessário que a funcionalidade de cada um dos componentes seja traduzida para algo prático. Surge, então, a função do sistema operacional, que atua como intermediário entre o hardware e o usuário, gerenciando os recursos do computador e permitindo a execução dos programas. Dentro do sistema operacional você ainda terá os programas, que dão funcionalidades diferentes ao computador.

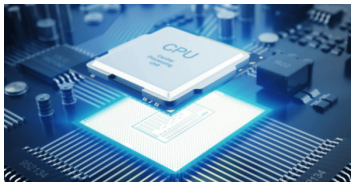
Gabinete

O gabinete abriga os componentes internos de um computador, incluindo a placa-mãe, processador, fonte, discos de armazenamento, leitores de discos, etc. Um gabinete pode ter diversos tamanhos e designs.

Gabinete.

Processador ou CPU (Unidade de Processamento Central)

A CPU (Unidade Central de Processamento), também chamada de processador, é o componente responsável por executar instruções e realizar cálculos lógicos e aritméticos, sendo considerada o "cérebro" do computador. Os programas enviam instruções à CPU, que organiza e executa essas tarefas, podendo distribuí-las entre seus núcleos de processamento. O resultado desses cálculos é traduzido em uma ação concreta, como por exemplo, aplicar uma edição em uma imagem, escrever um texto e as letras aparecerem no monitor do PC, etc. O desempenho de um processador está relacionado, entre outros fatores, à sua frequência de operação (clock), ao número de núcleos e à arquitetura utilizada.



CPU.

Coolers

Quando cada parte de um computador realiza uma tarefa, utiliza energia elétrica, o que gera calor. Esse calor deve ser dissipado para que o computador continue funcionando sem problemas de desempenho. Os coolers e ventoinhas promovem a circulação de ar dentro do gabinete, possibilitando o resfriamento dos componentes e prolongando sua vida útil.

Cooler.

Placa-mãe

A placa-mãe é o componente responsável por interligar e permitir a comunicação entre todos os dispositivos do computador, como processador, memória, armazenamento e periféricos, funcionando como a estrutura de sustentação do sistema. Ela também é responsável por enviar os resultados dos cálculos para seus devidos destinos. Uma placa-mãe pode possuir dispositivos integrados (on-board), como placa de som ou vídeo, ou permitir a instalação de dispositivos dedicados (off-board) por meio de slots de expansão.

Placa-mãe.

1 https://www.palpitedigital.com/principais-componentes-internos-pc-perifericos-hardware-software/#:~:text=O%20hardware%20s%C3%A3o%20as%20partes,%2C%20scanners%2C%20c%C3%A2meras%2C%20etc.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

- **Fonte**

A fonte de alimentação é responsável por converter a energia elétrica da rede em níveis adequados para os componentes do computador, além de protegê-los contra variações elétricas.

Fonte.

- **Placas de vídeo**

A placa de vídeo (GPU) é responsável pelo processamento gráfico, convertendo dados em imagens e sinais de vídeo exibidos no monitor.

Placa de vídeo (GPU).

- **Periféricos de entrada, saída e armazenamento**

Periféricos são dispositivos que permitem a entrada, saída ou armazenamento de dados, possibilitando a interação entre o usuário e o computador.

São classificados em:

- **Periféricos de entrada:** são aqueles que enviam informações para o computador.

Ex.: teclado, mouse, scanner, microfone, etc.

Periféricos de entrada.

- **Periféricos de saída:** São aqueles que recebem informações do computador.

Ex.: monitor, impressora, caixas de som.

Periféricos de saída.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

NOÇÕES DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

CONCEITOS BÁSICOS, APLICAÇÕES NO AMBIENTE DE TRABALHO (CHATGPT, MICROSOFT COPILOT E GOOGLE GEMINI), USO RESPONSÁVEL, PRIVACIDADE, PROTEÇÃO DE DADOS, VERIFICAÇÃO DE INFORMAÇÕES E LIMITAÇÕES DAS FERRAMENTAS DE IA

Inteligência Artificial, ou IA, é uma área da computação dedicada ao desenvolvimento de sistemas capazes de executar tarefas que normalmente exigem capacidades associadas à inteligência humana, como reconhecer padrões, interpretar linguagem, classificar informações, fazer previsões, gerar conteúdo e apoiar decisões.

Aprendizado de máquina, ou machine learning, é uma abordagem na qual modelos identificam padrões a partir de dados, em vez de depender apenas de regras programadas manualmente. O aprendizado profundo, ou deep learning, utiliza redes neurais com múltiplas camadas e constitui uma das técnicas que impulsionaram os sistemas generativos contemporâneos.

A automação tradicional e a IA não são equivalentes. Um programa que executa sempre a regra previamente definida "se A ocorrer, faça B" pode ser automatizado sem empregar aprendizado de máquina. Sistemas de IA, por sua vez, podem trabalhar com padrões estatísticos e situações menos rigidamente estruturadas.

▸ Inteligência Artificial generativa

Geração de novos conteúdos

IA generativa é aquela projetada para produzir novos conteúdos a partir de padrões aprendidos e das instruções fornecidas. Esses conteúdos podem incluir textos, códigos, imagens, áudio e outros formatos.

Nas ferramentas generativas de texto, o usuário fornece uma entrada, normalmente chamada de prompt, e o sistema produz uma resposta em linguagem natural. Essa capacidade permite realizar atividades como explicação, resumo, reescrita, tradução, classificação, geração de ideias e elaboração de rascunhos.

▸ Modelos de linguagem de grande porte

LLMs e processamento de texto

Large Language Models, ou LLMs, são modelos de linguagem desenvolvidos para processar e produzir sequências linguísticas. Durante sua construção, aprendem regularidades estatísticas existentes nos dados utilizados em seus processos de treinamento e desenvolvimento.

O texto é processado em unidades chamadas tokens. Um token pode corresponder a uma palavra inteira, parte de uma palavra, pontuação ou outra unidade textual. O modelo utiliza o contexto disponível para estimar quais sequências são apropriadas para continuar a resposta.

Essa geração probabilística explica por que um sistema pode produzir textos muito fluentes sem oferecer garantia de verdade factual. A qualidade linguística da resposta não deve ser confundida com comprovação de seu conteúdo.

Janela de contexto

O modelo trabalha com determinada quantidade de informação disponível no contexto da interação. Esse contexto pode abranger instruções, mensagens anteriores, documentos fornecidos e outros elementos disponibilizados à ferramenta.

Quanto mais clara for a relação entre a pergunta e o contexto relevante, maior tende a ser a utilidade da resposta. Contexto excessivo, contraditório ou mal organizado pode dificultar a identificação da tarefa principal.

▸ Capacidades e limitações

Atividades típicas

Ferramentas generativas podem apoiar diversas tarefas intelectuais. Entre os usos mais comuns estão:

- Explicar conceitos em diferentes níveis de profundidade.
- Resumir, reorganizar e comparar textos.
- Gerar rascunhos e sugerir melhorias de redação.
- Traduzir e adaptar linguagem ao público-alvo.
- Auxiliar na programação e análise de problemas.
- Extrair ou estruturar informações fornecidas pelo usuário.

Alucinações

Uma limitação fundamental é a possibilidade de alucinação, termo utilizado para respostas incorretas, inventadas ou sem sustentação adequada, embora apresentadas de maneira linguisticamente convincente.

Uma IA pode, por exemplo, atribuir um dado à fonte errada, inventar uma referência, fornecer número incorreto ou preencher uma lacuna com informação apenas plausível. Por isso, sistemas generativos não devem ser considerados autoridades infalíveis.

O usuário precisa distinguir geração de conteúdo de verificação factual, principalmente em atividades profissionais, acadêmicas ou de maior impacto.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

Prompts, contexto e avaliação das respostas

Conceito de prompt

Instrução fornecida ao sistema

Prompt é a entrada utilizada para orientar a IA. Pode consistir em pergunta, comando, conjunto de regras, texto a ser analisado ou combinação desses elementos.

Um prompt vago tende a permitir múltiplas interpretações. "Explique segurança" é menos específico do que "Explique segurança da informação para um estudante iniciante, diferenciando confidencialidade, integridade e disponibilidade e apresentando um exemplo de cada conceito".

A qualidade do prompt não garante uma resposta verdadeira, mas contribui para que a ferramenta compreenda melhor o objetivo pretendido.

Componentes de um prompt eficiente

Objetivo, contexto e restrições

Um prompt estruturado pode fornecer as informações necessárias para reduzir ambiguidades. Não existe uma fórmula obrigatória, mas alguns elementos são particularmente úteis:

- **Objetivo:** o resultado que se deseja obter.
- **Contexto:** informações necessárias para compreender a situação.
- **Tarefa:** a ação específica que a IA deve executar.
- **Restrições:** limites de tamanho, conteúdo, linguagem ou metodologia.
- **Público-alvo:** perfil de quem utilizará a resposta.
- **Formato:** estrutura desejada para a saída.

Se o usuário pretende comparar tecnologias, por exemplo, pode indicar os critérios que devem ser empregados, evitando uma comparação excessivamente genérica.

Refinamento iterativo

Continuidade da interação

A primeira resposta não precisa encerrar a tarefa. Em interfaces conversacionais, o usuário pode solicitar aprofundamento, correção, mudança de estilo ou reorganização.

Esse processo é chamado de refinamento iterativo. Em vez de repetir todo o comando, pode-se continuar a interação, desde que a ferramenta disponha do contexto anterior necessário.

Uma tarefa complexa também pode ser decomposta. Primeiro pode-se solicitar uma estrutura; depois, o desenvolvimento de cada parte; por fim, uma revisão dos critérios estabelecidos.

Uso de exemplos

Exemplos ajudam a mostrar à IA o formato ou padrão desejado. Quando são fornecidos poucos exemplos para orientar uma tarefa posterior, utiliza-se frequentemente a expressão few-shot prompting.

O exemplo deve ser coerente com a instrução. Caso o texto do comando peça uma estrutura e o exemplo mostre outra, o sistema recebe sinais conflitantes.

Avaliação das respostas

Verificação factual

O conteúdo produzido deve ser avaliado de acordo com seu uso. Uma resposta sobre um conceito básico pode exigir conferência simples; uma informação jurídica, médica, financeira, normativa ou atualizada exige validação mais rigorosa.

Um procedimento crítico de verificação inclui:

- Conferir fatos importantes em fontes confiáveis.
- Verificar cálculos e dados numéricos.
- Confirmar se referências realmente existem e sustentam a afirmação.
- Distinguir fatos apresentados de inferências ou hipóteses.
- Observar a data da informação quando a atualidade for relevante.

Redução do risco de respostas incorretas

Fornecimento de material de referência

Quando a atividade depende de um documento específico, fornecer esse documento ou seus trechos relevantes pode reduzir a dependência de informações genéricas.

Também é possível solicitar que a ferramenta indique incertezas, não invente dados ausentes e diferencie explicitamente aquilo que está no material fornecido daquilo que constitui inferência.

Nenhuma técnica de prompt elimina completamente erros. Solicitar "não erre" ou "responda apenas se tiver certeza" não transforma o sistema em mecanismo infalível de verificação.

Prompt injection e instruções maliciosas

Conteúdo externo como fonte de instruções

Sistemas que analisam páginas, documentos ou mensagens podem encontrar textos destinados a induzir comportamentos indesejados. Esse fenômeno é relacionado a ataques de prompt injection.

O usuário deve ter especial cuidado quando uma ferramenta de IA possui acesso a dados, aplicativos ou ações externas. Um texto encontrado em uma página não deve ser automaticamente considerado uma instrução legítima do proprietário da conta.

ChatGPT, Microsoft Copilot e Google Gemini

ChatGPT

Assistente de IA da OpenAI

ChatGPT é um assistente conversacional desenvolvido pela OpenAI. Suas capacidades centrais incluem responder perguntas, explicar conceitos, elaborar e transformar textos, auxiliar em raciocínio e trabalhar com linguagem natural. Dependendo do plano, das configurações e do ambiente disponível, pode utilizar ferramentas adicionais, como pesquisa na web, análise de dados e arquivos.

É importante diferenciar ChatGPT, que é o produto ou plataforma utilizada pelo usuário, dos modelos de IA que podem operar dentro dessa plataforma. Uma aplicação pode utilizar diferentes modelos ao longo do tempo.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

CONTABILIDADE GERAL

NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE (APROVADAS PELO CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE – CFC)

NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE1

A Estrutura das Normas Brasileiras de Contabilidade está regulamentada na Resolução CFC nº. 1.328/11.

Revisão NBC

O documento Revisão NBC altera, inclui e exclui texto das normas vigentes. Esse documento foi criado pela Resolução CFC n. º 1.548/2018. Assim, a partir de outubro de 2018, as alterações em normas passam a obedecer esse novo padrão que está resumido abaixo:

Quando a alteração é total, ou seja, dá-se nova redação à norma, a sigla e o número da norma é mantido e a nova redação é identificada pela letra R + o número sequencial.

Quando a alteração é parcial, é editado o documento Revisão NBC e as alterações, inclusões e exclusões são incorporadas às respectivas normas, mantendo a sigla da norma alterada.

Vigência

A vigência encontra-se sempre antes da data e da assinatura da norma, interpretação, comunicado e Revisão NBC.

As Normas Brasileiras de Contabilidade classificam-se em Profissionais e Técnicas.

As Normas Profissionais estabelecem regras de exercício profissional e classificam-se em:

NBC PG-Geral
NBC PA-do Auditor Independente
NBC PP - do Perito Contábil

As Normas Técnicas estabelecem conceitos doutrinários, regras e procedimentos aplicados de Contabilidade e classificam-se em:

NBC TG-Geral
Normas Completas
Normas Simplificadas para PMEs
Normas Específicas

NBC TSP-do Setor Público

NBC TA-de Auditoria Independente de Informação Contábil Histórica
NBC TASP-de Auditoria de Informação Contábil Histórica Aplicável ao Setor Público
NBC TR-de Revisão de Informação Contábil Histórica
NBC TO-de Asseguração de Informação Não Histórica
NBC TSC-de Serviço Correlato
NBC TI-de Auditoria Interna
NBC TP-de Perícia

Cada NBC categorizada é subdividida em dezenas de normas que tratam de assuntos específicos, exemplo : a NBC TA-de Auditoria Independente de Informação Contábil Histórica possui inúmeras normas que tratam de assuntos relacionados a auditoria.

1 *https://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/*

RESOLUÇÃO CFC N.º 1.328/111

Dispõe sobre a Estrutura das Normas Brasileiras de Contabilidade.

O CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, no exercício de suas atribuições legais e regimentais, e com fundamento no disposto na alínea "f" do art. 6º do Decreto-Lei n.º 9.295/46, alterado pela Lei n.º 12.249/10,

CONSIDERANDO o processo de convergência das Normas Brasileiras de Contabilidade aos padrões internacionais;

CONSIDERANDO que a técnica legislativa utilizada no desenvolvimento das Normas Brasileiras de Contabilidade, quando comparada com a linguagem utilizada nas normas internacionais, pode significar, ou sugerir, a eventual adoção de diferentes procedimentos técnicos no Brasil;

CONSIDERANDO que os organismos internacionais da profissão, responsáveis pela edição das normas internacionais, estão atualizando e editando novas normas, de forma continuada;

CONSIDERANDO a necessidade de redefinição e revisão da atual estrutura das Normas Brasileiras de Contabilidade, de forma que ela se apresente alinhada e convergente aos padrões internacionais,

RESOLVE:

Art. 1º As Normas Brasileiras de Contabilidade editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) devem seguir os mesmos padrões de elaboração e estilo utilizados nas normas internacionais e compreendem as Normas propriamente ditas, as Interpretações Técnicas e os Comunicados Técnicos.

Art. 2º As Normas Brasileiras de Contabilidade classificam-se em Profissionais e Técnicas.

Parágrafo único. As Normas Brasileiras de Contabilidade, sejam elas Profissionais ou Técnicas, estabelecem preceitos de conduta profissional e padrões e procedimentos técnicos necessários para o adequado exercício profissional.

Art. 3º As Normas Brasileiras de Contabilidade Profissionais se estruturam conforme segue:

1 *https://www1.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2011/001328*

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

I – Geral-NBC PG-são as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas indistintamente a todos os profissionais de Contabilidade;

II – do Auditor Independente-NBC PA-são as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas, especificamente, aos contadores que atuam como auditores independentes;

III – do Auditor Interno-NBC PI-são as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas especificamente aos contadores que atuam como auditores internos;

IV – do Perito-NBC PP-são as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas especificamente aos contadores que atuam como peritos contábeis.

Art. 4º As Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas se estruturam conforme segue:

I – Geral-NBC TG-são as Normas Brasileiras de Contabilidade convergentes com as normas internacionais emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB); e as Normas Brasileiras de Contabilidade editadas por necessidades locais, sem equivalentes internacionais;

II – do Setor Público-NBC TSP-são as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público, convergentes com as Normas Internacionais de Contabilidade para o Setor Público, emitidas pela International Federation of Accountants (IFAC); e as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público editadas por necessidades locais, sem equivalentes internacionais;

III – de Auditoria Independente de Informação Contábil Histórica-NBC TA-são as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas à Auditoria convergentes com as Normas Internacionais de Auditoria Independente emitidas pela IFAC;

IV – de Revisão de Informação Contábil Histórica-NBC TR-são as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas à Revisão convergentes com as Normas Internacionais de Revisão emitidas pela IFAC;

V – de Asseguração de Informação Não Histórica-NBC TO-são as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas à Asseguração convergentes com as Normas Internacionais de Asseguração emitidas pela IFAC;

VI – de Serviço Correlato-NBC TSC-são as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas aos Serviços Correlatos convergentes com as Normas Internacionais para Serviços Correlatos emitidas pela IFAC;

VII – de Auditoria Interna-NBC TI-são as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicáveis aos trabalhos de Auditoria Interna;

VIII – de Perícia-NBC TP-são as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicáveis aos trabalhos de Perícia;

IX – de Auditoria Governamental-NBC TAG-são as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas à Auditoria Governamental convergentes com as Normas Internacionais de Auditoria Governamental emitidas pela Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores (INTOSAI).

IX – de Auditoria de Informação Contábil Histórica Aplicável ao Setor Público-NBC TASP-são as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicáveis à Auditoria de Informação Contábil Histórica Aplicadas à Auditoria do Setor Público convergentes com as Normas Internacionais de Auditoria emitidas pela International Federation of Accountants (Ifac) e recepcionadas pela Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores (INTOSAI). (alterado pela Resolução CFC n.º 1.601/2020)

Parágrafo único. As normas de que trata o inciso I do caput são segregadas em:

a) Normas completas que compreendem as normas editadas pelo CFC a partir dos documentos emitidos pelo CPC que estão convergentes com as normas do IASB, numeradas de 00 a 999;

b) Normas simplificadas para PMEs que compreendem a norma de PME editada pelo CFC a partir do documento emitido pelo IASB, bem como as ITs e os CTs editados pelo CFC sobre o assunto, numerados de 1000 a 1999;

c) Normas específicas que compreendem as ITs e os CTs editados pelo CFC sobre entidades, atividades e assuntos específicos, numerados de 2000 a 2999.

Art. 5º A Interpretação Técnica tem por objetivo esclarecer a aplicação das Normas Brasileiras de Contabilidade, definindo regras e procedimentos a serem aplicados em situações, transações ou atividades específicas, sem alterar a substância dessas normas.

Art. 6º O Comunicado Técnico tem por objetivo esclarecer assuntos de natureza contábil, com a definição de procedimentos a serem observados, considerando os interesses da profissão e as demandas da sociedade.

Art. 7º As Normas são identificadas conforme segue:

I – a Norma Brasileira de Contabilidade é identificada pela sigla NBC, seguida das letras conforme disposto nos arts. 3º e 4º, numeração específica em cada agrupamento, seguido de hífen e denominação. Por exemplo: NBC PA 290-"Denominação"; NBC TG 01-"Denominação";

II – a Interpretação Técnica é identificada pela sigla IT, seguida da letra ou letras e numeração do grupo a que pertence conforme disposto nos arts. 3º e 4º, seguida de hífen e denominação. Por exemplo: ITG 01-"Denominação"; ITSP 01-"Denominação".

III – o Comunicado Técnico é identificado pela sigla CT, seguida da letra ou letras e numeração do grupo a que pertence conforme disposto nos arts. 3º e 4º, seguido de hífen e denominação. Por exemplo: CTG 01-"Denominação"; CTSP 01-"Denominação".

IV – As Normas, Interpretações e Comunicados alterados devem ser identificados pela letra "R" de revisão, seguida do número da revisão realizada. (Incluído pela Resolução CFC n.º 1.443/13) (Revogado pela Resolução CFC n.º 1.548/2018)

Art. 7-A. Para alteração de Norma Brasileira de Contabilidade, de Interpretação Técnica e de Comunicado Técnico, serão observados os seguintes casos e condições:

I – alteração total: nos casos de alteração redacional de toda a norma, interpretação ou comunicado, deverá ser mantida a sigla e identificada a nova redação pela letra "R", seguida do número sequencial (Ex: NBC PA 290 (R1); ITG 01 (R1); CTG 01 (R1)).

II – alteração parcial: nos casos de alteração, exclusão ou inclusão de item(ns) da norma, interpretação ou comunicado, deverá ser editado documento denominado "Revisão NBC" seguido da numeração inicial 01 e seguintes (Ex: Revisão NBC 01, Revisão NBC 02, Revisão NBC 03, ...).

§ 1º A alteração, inclusão e revogação de dispositivo deverão ser consolidadas na respectiva norma, fazendo referência à "Revisão NBC", sem alterar a sigla da norma modificada.

§ 2º O dispositivo alterado ou revogado deve ser tachado, permanecendo no corpo da norma alterada.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO

CONCEITO. CAMPO DE APLICAÇÃO

A Contabilidade Pública, também conhecida como Contabilidade Aplicada ao Setor Público, desempenha um papel fundamental na gestão dos recursos públicos, garantindo o controle, o registro e a transparência das finanças de governos e entidades públicas. A partir da análise contábil, gestores podem tomar decisões mais eficientes, assegurando que os recursos sejam aplicados de forma eficaz e em conformidade com as leis e diretrizes estabelecidas.

Diferentemente da contabilidade no setor privado, cujo foco é o lucro e o patrimônio dos proprietários, a Contabilidade Pública está voltada para o bem-estar coletivo, uma vez que seus recursos pertencem à sociedade. Nesse sentido, ela assume uma responsabilidade ainda maior, pois deve assegurar que o patrimônio público seja gerido com integridade, responsabilidade fiscal e alinhamento aos princípios constitucionais, como legalidade, impessoalidade e transparência.

A importância da Contabilidade Pública aumentou consideravelmente nas últimas décadas, impulsionada pela crescente demanda por transparência e accountability (prestação de contas) nos governos, além do fortalecimento de mecanismos de controle social.

A adoção de padrões internacionais de contabilidade no setor público, como as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) e a convergência com as International Public Sector Accounting Standards (IPSAS), têm exigido uma evolução constante das práticas contábeis, visando maior uniformidade e clareza nas informações financeiras.

A relevância dessa área torna-se ainda mais evidente quando consideramos as dimensões dos orçamentos governamentais. Em países como o Brasil, onde a arrecadação pública e a aplicação de recursos impactam diretamente o desenvolvimento econômico e social, a Contabilidade Pública se configura como uma ferramenta essencial para a boa governança, a tomada de decisões estratégicas e o controle social.

▸ Conceituação de Contabilidade Pública

A Contabilidade Pública pode ser definida como o ramo da contabilidade voltado para o controle, registro e análise das finanças de entidades e órgãos pertencentes ao setor público, sejam eles federais, estaduais ou municipais.

Sua principal função é garantir que os recursos públicos sejam administrados de maneira transparente, eficiente e em conformidade com as normas legais, sempre em prol do interesse público.

▸ Definição e Função

De acordo com o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), a Contabilidade Pública é responsável pelo registro, controle e demonstração dos fatos e atos da administração pública que afetam o patrimônio público, sempre obedecendo às normas e princípios estabelecidos. O objetivo é fornecer informações úteis para a tomada de decisões dos gestores públicos e demais interessados, como a sociedade e os órgãos de controle.

Essa área contábil não visa apenas o controle financeiro, mas também a prestação de contas à sociedade, assegurando que os recursos sejam utilizados dentro da legalidade e da economicidade. Além disso, a Contabilidade Pública é uma ferramenta estratégica para avaliar o desempenho e a responsabilidade dos gestores públicos em relação à gestão dos recursos públicos.

▸ Diferenças entre Contabilidade Pública e Contabilidade Privada

Uma das principais diferenças entre a Contabilidade Pública e a Contabilidade Privada está nos seus objetivos e na forma como o patrimônio é tratado. Enquanto a Contabilidade Privada tem como foco principal maximizar os lucros e o retorno sobre o investimento para seus acionistas ou proprietários, a Contabilidade Pública visa garantir o uso correto dos recursos que pertencem à sociedade, visando o bem-estar social e o desenvolvimento sustentável.

Outra distinção importante está na natureza das entidades que utilizam esses sistemas. Na Contabilidade Privada, lidamos com empresas e organizações com fins lucrativos ou não lucrativos, enquanto na Contabilidade Pública o foco são os entes governamentais, como ministérios, prefeituras e autarquias. Essas entidades têm obrigações legais mais rígidas, como a prestação de contas aos órgãos de controle (Tribunais de Contas, por exemplo) e à sociedade.

▸ Fundamentos Legais e Normativos

A Contabilidade Pública no Brasil é regida por um conjunto de normas e princípios estabelecidos por órgãos competentes, como o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e o Tribunal de Contas da União (TCU). Entre os principais normativos que estruturam a Contabilidade Pública, podemos destacar:

- ***Lei nº 4.320/1964:*** Essa lei estabelece normas gerais de direito financeiro, incluindo as regras para a elaboração dos orçamentos e balanços públicos, sendo um dos principais marcos legais para a Contabilidade Pública no Brasil.
- ***Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000):*** Também conhecida como LRF, essa legislação estabelece limites para a gestão fiscal dos entes públicos, impondo regras para o controle de gastos, endividamento e gestão de recursos.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

- ***Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP):*** As NBCASP foram elaboradas para adequar a contabilidade governamental brasileira aos padrões internacionais de contabilidade pública. Elas fornecem diretrizes específicas para a contabilização dos fatos financeiros, patrimoniais e orçamentários do setor público.

Além dessas normas, o Brasil tem adotado as International Public Sector Accounting Standards (IPSAS), que buscam alinhar as práticas contábeis públicas com padrões internacionais, garantindo maior comparabilidade e transparência nas contas públicas entre os países.

Princípios da Contabilidade Pública

A Contabilidade Pública segue os princípios fundamentais da contabilidade, com algumas adaptações para o contexto do setor público. Entre os mais relevantes, destacam-se:

- ***Princípio da Entidade:*** O patrimônio público deve ser considerado separadamente dos patrimônios privados ou pessoais dos gestores, garantindo uma distinção clara entre os bens e direitos públicos e os de outras esferas.
- ***Princípio da Continuidade:*** O Estado, como entidade pública, tem caráter permanente, independentemente das mudanças nos governantes. Portanto, a contabilidade pública deve registrar a gestão do patrimônio ao longo do tempo, sem interrupções.
- ***Princípio da Competência:*** As receitas e despesas devem ser reconhecidas no momento em que ocorrem, independentemente do efetivo pagamento ou recebimento de valores, permitindo uma visão mais precisa da situação patrimonial dos entes públicos.
- ***Princípio da Legalidade:*** Todas as ações e decisões na gestão dos recursos públicos devem ser pautadas pela estrita observância da legislação vigente, assegurando que não haja desvio de finalidade ou uso indevido dos recursos.

Esses princípios formam a base para a operação e a regulação da Contabilidade Pública, garantindo que ela cumpra sua função de fornecer informações contábeis de forma precisa e transparente.

A Evolução da Contabilidade Pública

A Contabilidade Pública tem passado por uma série de transformações ao longo dos anos, em especial no que diz respeito à sua modernização e adaptação aos novos desafios da gestão pública. Com o avanço da tecnologia e a globalização, o setor público passou a demandar relatórios contábeis mais detalhados e acessíveis, capazes de informar não apenas aos gestores, mas também à sociedade como um todo.

Nesse sentido, a convergência com os padrões internacionais (IPSAS) e a adoção das NBCASP são exemplos claros dessa evolução, promovendo maior transparência e controle social.

Objeto da Contabilidade Pública

O objeto da Contabilidade Pública é o patrimônio público, ou seja, o conjunto de bens, direitos e obrigações que integram o acervo dos entes públicos, como a União, estados, municípios e autarquias.

A função essencial da Contabilidade Pública é o controle desse patrimônio, assegurando o seu registro, a sua administração eficiente e a sua transparência, de modo a garantir que os recursos da sociedade sejam bem aplicados. Essa área contábil também visa fornecer informações confiáveis para a tomada de decisões e para a prestação de contas à sociedade.

O Patrimônio Público: Definição e Composição

O patrimônio público é definido como o conjunto de bens e direitos que pertencem à coletividade, administrado pelos órgãos e entidades públicas. Esse patrimônio é gerido em nome do interesse público e deve ser controlado e preservado com vistas à manutenção de serviços públicos essenciais, além de garantir o desenvolvimento socioeconômico do país.

A composição do patrimônio público abrange os seguintes elementos:

- ***Bens Públicos:*** São todos os bens tangíveis e intangíveis pertencentes ao governo. Isso inclui bens imóveis (como prédios, escolas e hospitais), bens móveis (veículos, máquinas, equipamentos) e bens intangíveis (direitos de propriedade intelectual, marcas, entre outros). A contabilidade pública registra e controla esses bens, assegurando que eles sejam geridos com responsabilidade e eficiência.
- ***Direitos:*** Refere-se aos créditos que o ente público tem a receber. Esses direitos podem ser originários de tributos, contribuições, transferências de outros entes públicos ou receitas decorrentes da exploração de serviços públicos. O controle desses direitos é crucial para garantir o fluxo de caixa adequado e o cumprimento das metas orçamentárias.
- ***Obrigações:*** São os compromissos financeiros que o ente público assume, como dívidas com fornecedores, salários a pagar e financiamentos. A correta contabilização das obrigações garante que o ente público mantenha sua saúde financeira e cumpra com seus compromissos dentro dos limites legais e orçamentários.

A contabilidade pública, por meio do registro e controle desses elementos patrimoniais, busca fornecer uma visão clara e transparente do estado dos recursos públicos. Isso não só contribui para uma gestão mais eficiente, mas também para o controle social sobre a administração pública.

Gestão e Controle Patrimonial

O principal objetivo da Contabilidade Pública é a gestão eficiente do patrimônio público. Para isso, ela realiza o controle dos bens, direitos e obrigações que compõem esse patrimônio. Esse controle envolve a correta classificação e registro dos itens patrimoniais, além da avaliação periódica de seu estado de conservação, uso e necessidade de renovação ou alienação.

Algumas práticas essenciais para essa gestão incluem:

- ***Inventário Patrimonial:*** A contabilidade pública deve manter atualizado o inventário dos bens públicos, assegurando que todos os itens estejam devidamente registrados, classificados e avaliados. Isso facilita o controle físico dos bens e a sua adequada utilização.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTO PÚBLICO: CONCEITOS, DIRETRIZES E PRINCÍPIOS ORÇAMENTÁRIOS; MÉTODOS, TÉCNICAS E INSTRUMENTOS DO ORÇAMENTO PÚBLICO

O orçamento público é um instrumento fundamental para o planejamento e a execução das políticas públicas, representando o plano financeiro do governo. Ele tem como objetivo principal a alocação eficiente de recursos para atender às necessidades da sociedade, respeitando princípios constitucionais e legais.

Princípios Orçamentários

Os princípios orçamentários são diretrizes fundamentais que orientam a elaboração, execução e controle do orçamento público. Os principais são:

- **Princípio da Anualidade**: O orçamento deve ser elaborado e executado em um período definido de 12 meses (exercício financeiro).
- **Princípio da Unidade**: O orçamento deve ser único, reunindo todas as receitas e despesas do governo em um único documento.
- **Princípio da Universalidade**: Todas as receitas e despesas devem constar no orçamento, sem omissões.
- **Princípio do Equilíbrio**: As receitas e despesas devem ser planejadas de forma equilibrada, evitando déficits.
- **Princípio da Exclusividade**: O orçamento deve tratar apenas de receitas e despesas, sem incluir outros assuntos.
- **Princípio da Especificação**: Cada despesa deve ser detalhada e classificada adequadamente.
- **Princípio da Publicidade**: O orçamento deve ser transparente e acessível ao público, permitindo o controle social.
- **Princípio da Clareza**: O orçamento deve ser elaborado de forma simples, clara e compreensível.

Diretrizes Orçamentárias

As diretrizes orçamentárias são definidas pela **Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)**, que estabelece as metas e prioridades do governo para o exercício financeiro seguinte.

Objetivos da LDO

- Orientar a elaboração da **Lei Orçamentária Anual (LOA)**.
- Definir os critérios para a execução do orçamento.
- Estabelecer metas fiscais e regras de equilíbrio das contas públicas.

Processo Orçamentário

O processo orçamentário é composto pelas seguintes etapas:

- **Elaboração**: O Poder Executivo elabora o projeto de orçamento, com base no **Plano Plurianual (PPA)** e na **LDO**.
- **Aprovação**: O projeto é submetido ao Poder Legislativo, que pode propor emendas e aprovar o orçamento.
- **Execução**: O orçamento aprovado é executado pelo governo, com a arrecadação das receitas e aplicação dos recursos.
- **Avaliação e Controle**: O Tribunal de Contas e o Legislativo fiscalizam a execução do orçamento para garantir a legalidade e eficiência dos gastos.

Métodos, Técnicas e Instrumentos do Orçamento Público; Normas Legais Aplicáveis

Métodos e Técnicas

- **Orçamento Tradicional**: Focado apenas na receita e despesa, sem considerar resultados.
- **Orçamento por Programas**: Organiza o orçamento em programas voltados a resultados e metas.
- **Orçamento Base Zero**: Exige que cada despesa seja justificada a partir do zero, sem considerar o orçamento anterior.

Normas Legais Aplicáveis:

- **Lei nº 4.320/64**: Define normas gerais de direito financeiro.
- **Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)**: Estabelece regras de gestão fiscal e controle das contas públicas.

Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP) e Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI)

- **SIOP**: Sistema informatizado que integra o planejamento e o orçamento federal, permitindo a elaboração e monitoramento das peças orçamentárias.
- **SIAFI**: Sistema utilizado para a execução financeira, controle e registro de receitas e despesas do governo federal.

Receita Pública: Categorias, Fontes, Estágios; Dívida Ativa

Receita pública é o montante de recursos arrecadados pelo governo para custear suas atividades.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

Categorias:

▪ **Receitas Correntes**: Impostos, taxas, contribuições, entre outros.

▪ **Receitas de Capital**: Empréstimos, alienação de bens, amortização de empréstimos.

Fontes:

▪ Identificação da origem dos recursos arrecadados.

Estágios:

▪ **Previsão**: Estimativa de arrecadação.

▪ **Lançamento**: Identificação do sujeito passivo e valor devido.

▪ **Arrecadação**: Recolhimento dos recursos.

▪ **Recolhimento**: Depósito na conta do Tesouro.

Dívida Ativa:

▪ Créditos devidos ao governo não pagos no prazo, inscritos em dívida ativa para cobrança judicial ou administrativa.

- **Despesa Pública: Categorias, Estágios**

Categorias:

▪ **Despesas Correntes**: Gastos com manutenção das atividades do governo.

▪ **Despesas de Capital**: Investimentos e amortizações.

Estágios:

▪ Empenho;

▪ Liquidação;

▪ Pagamento.

Suprimento De Fundos

O **suprimento de fundos** é uma forma de adiantamento concedido a servidores públicos para a realização de despesas urgentes e de pequeno vulto, que não podem seguir o trâmite normal da execução orçamentária.

Restos a Pagar

Despesa empenhada que não foi paga até o final do exercício financeiro, sendo transferida para o exercício seguinte.

Despesas de Exercícios Anteriores

São despesas referentes a obrigações de exercícios passados, que não foram pagas no tempo correto, sendo regularizadas no exercício atual.

Conta Única do Tesouro

A **Conta Única do Tesouro Nacional** é um sistema de gerenciamento centralizado das disponibilidades financeiras do governo federal, garantindo eficiência e controle na administração dos recursos públicos.

O orçamento público é um instrumento de planejamento e execução fundamental para a administração pública, pautado por princípios, normas e processos específicos. A correta execução das receitas e despesas, aliada a sistemas integrados e ao cumprimento das normas legais, assegura a transparência e a eficiência na gestão dos recursos públicos.

CICLO ORÇAMENTÁRIO (ELABORAÇÃO, APROVAÇÃO, EXECUÇÃO E AVALIAÇÃO)

O ciclo orçamentário é um processo fundamental na administração pública, responsável por estruturar a forma como os recursos públicos são planejados, alocados, executados e controlados ao longo de um determinado período fiscal. Esse ciclo é vital para a concretização das políticas públicas e para o funcionamento eficiente do Estado, assegurando que as prioridades definidas pelos governantes sejam refletidas nas ações e nos investimentos realizados.

O conhecimento das etapas que compõem o ciclo orçamentário é essencial para compreender como o governo gerencia suas finanças e garante a prestação de serviços à sociedade.

A Elaboração do Orçamento

A elaboração do orçamento é a primeira e uma das mais importantes etapas do ciclo orçamentário, pois é nela que se define como serão distribuídos os recursos públicos para atender às demandas da sociedade no exercício financeiro seguinte.

Essa fase é conduzida pelo Poder Executivo e segue diretrizes estabelecidas por leis específicas, como o Plano Plurianual (PPA) e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). A elaboração do orçamento tem como objetivo principal assegurar que os recursos sejam alocados de maneira eficiente e que as políticas públicas possam ser efetivamente implementadas.

▪ **Planejamento e Definição de Metas:** O processo começa com o planejamento estratégico, no qual o governo define suas prioridades para o próximo ano fiscal, levando em consideração as metas do PPA, que é um plano de médio prazo, e as orientações da LDO, que define as metas e prioridades anuais. O planejamento é crucial para assegurar que os recursos serão alocados de acordo com as necessidades identificadas e as diretrizes governamentais.

▪ **Estimativa de Receitas:** Após a definição das metas, é necessário estimar as receitas que o governo espera arrecadar. Essa estimativa é feita com base em projeções econômicas, análise de tendências e histórico de arrecadação. As receitas podem incluir tributos, contribuições, receitas de capital, entre outras fontes. Uma previsão realista das receitas é essencial para evitar déficits e garantir a sustentabilidade fiscal.

▪ **Fixação das Despesas:** Com as receitas previstas, o próximo passo é a fixação das despesas. Nessa fase, os recursos são distribuídos entre as diferentes áreas de atuação do governo, como saúde, educação, segurança, infraestrutura, etc. Essa distribuição deve observar os princípios da eficiência, eficácia e economicidade, garantindo que os recursos sejam aplicados onde serão mais efetivos. A fixação das despesas

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

MATEMÁTICA FINANCEIRA E ESTATÍSTICA APLICADA

JUROS SIMPLES E COMPOSTOS

Os juros simples e compostos são cálculos efetuados com o objetivo de corrigir os valores envolvidos nas transações financeiras, isto é, a correção que se faz ao emprestar ou aplicar uma determinada quantia durante um período de tempo[1].

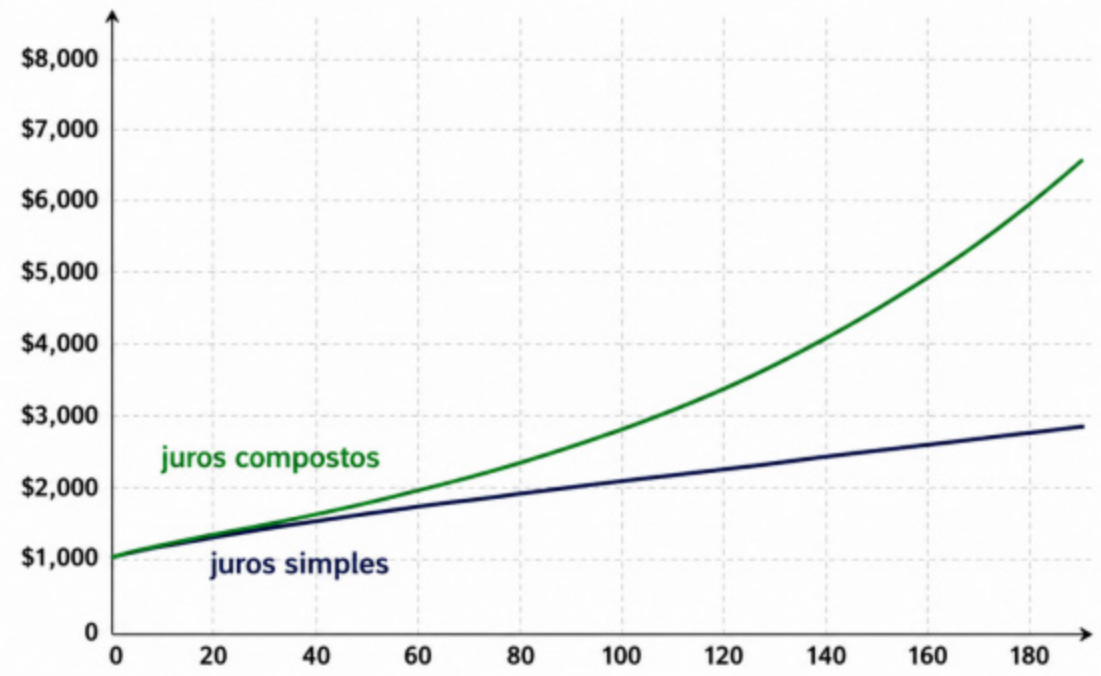
O valor pago ou resgatado dependerá da taxa cobrada pela operação e do período que o dinheiro ficará emprestado ou aplicado. Quanto maior a taxa e o tempo, maior será este valor.

Diferença entre juros simples e compostos

Nos juros simples a correção é aplicada a cada período e considera apenas o valor inicial. Nos juros compostos a correção é feita em cima de valores já corrigidos.

Por isso, os juros compostos também são chamados de juros sobre juros, ou seja, o valor é corrigido sobre um valor que já foi corrigido.

Sendo assim, para períodos maiores de aplicação ou empréstimo a correção por juros compostos fará com que o valor final a ser recebido ou pago seja maior que o valor obtido com juros simples.



A maioria das operações financeiras utiliza a correção pelo sistema de juros compostos. Os juros simples se restringem às operações de curto período.

1 *https://www.todamateria.com.br/juros-simples-e-compostos/*

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

- **Fórmula de Juros Simples**

Os juros simples são calculados aplicando a seguinte fórmula:

J = C.i.t

Sendo:
J: juros;
C: valor inicial da transação, chamado em matemática financeira de capital;
i: taxa de juros (valor normalmente expresso em porcentagem);
t: período da transação.

Podemos ainda calcular o valor total que será resgatado (no caso de uma aplicação) ou o valor a ser quitado (no caso de um empréstimo) ao final de um período predeterminado.

Esse valor, chamado de montante, é igual à soma do capital com os juros, ou seja:

$M = C + J$

Podemos substituir o valor de J, na fórmula acima e encontrar a seguinte expressão para o montante:

$M = C + C.i.t$
$M = C (1 + i.t)$

A fórmula que encontramos é uma função afim, desta forma, o valor do montante cresce linearmente em função do tempo.

> ***Exemplo:*** *Se o capital de R$ 1 000,00 rende mensalmente R$ 25,00, qual é a taxa anual de juros no sistema de juros simples?*

Solução: Primeiro, vamos identificar cada grandeza indicada no problema.

C = R$ 1 000,00
J = R$ 25,00
t = 1 mês
i = ?

Agora que fizemos a identificação de todas as grandezas, podemos substituir na fórmula dos juros:

$J = C \cdot i \cdot t$
$25 = 1000 \cdot i \cdot 1$
$i = 25 / 1000$
$i = 0{,}025 = 2{,}5\%$

Entretanto, observe que essa taxa é mensal, pois usamos o período de 1 mês. Para encontrar a taxa anual precisamos multiplicar esse valor por 12, assim temos:

$i = 2{,}5 \cdot 12 = 30\%$ *ao ano*

- **Fórmula de Juros Compostos**

O montante capitalizado a juros compostos é encontrado aplicando a seguinte fórmula:

$M = C (1 + i)^t$

Sendo:
M: montante.
C: capital.
i: taxa de juros.
t: período de tempo.

Diferente dos juros simples, neste tipo de capitalização, a fórmula para o cálculo do montante envolve uma variação exponencial. Daí se explica que o valor final aumente consideravelmente para períodos maiores.

> ***Exemplo:*** *Calcule o montante produzido por R$ 2 000,00 aplicado à taxa de 4% ao trimestre, após um ano, no sistema de juros compostos.*

Solução: Identificando as informações dadas, temos:

C = 2 000
i = 4% ou 0,04 ao trimestre
t = 1 ano = 4 trimestres
M = ?

Substituindo esses valores na fórmula de juros compostos, temos:

$M = 2000(1 + 0{,}04)^4$
$M = 2000 \cdot 1{,}16985856$
$M \approx 2339{,}71$

Observação: o resultado será tão melhor aproximado quanto o número de casas decimais utilizadas na potência.

Portanto, ao final de um ano o montante será igual a R$ 2 339,71.

DESCONTOS, SÉRIES DE PAGAMENTOS

- **Descontos**

É a diferença entre o **valor título** (valor nominal) e o **valor recebido** (valor atual).

D = N – A
Onde:
D = desconto
N = valor nominal
A = valor atual

Atenção: Comparando com o regime de juros, observamos que:

- o **Valor Atual**, ou valor futuro (valor do resgate) nos dá ideia de **Montante**;
- o **Valor Nominal**, nome do título (valor que resgatei) nos dá ideia de **Capital**;
- e o **Desconto** nos dá ideia de **Juros**.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

NOÇÕES DE DIREITO PREVIDENCIÁRIO E LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – RPPS; NORMAS CONSTITUCIONAIS APLICÁVEIS, ORGANIZAÇÃO, FUNCIONAMENTO, CUSTEIO, EQUILÍBRIO FINANCEIRO E ATUARIAL

Fundamentos constitucionais e estrutura institucional do regime próprio

- **Inserção previdenciária e âmbito de proteção**

O regime próprio integra a previdência social destinada aos servidores públicos titulares de cargo efetivo dos entes que o mantêm. Sua disciplina nasce da Constituição Federal e é complementada por normas gerais nacionais e pela legislação de cada ente federativo, dentro dos limites constitucionais. A Constituição exige caráter contributivo e solidário, preservação do equilíbrio financeiro e atuarial e observância de critérios que impeçam tratamento previdenciário desconectado do vínculo funcional efetivo. A Emenda Constitucional nº 103/2019 modificou de modo relevante esse desenho, reforçando a necessidade de adequação legislativa, de sustentabilidade e de separação entre benefícios previdenciários e vantagens de natureza funcional. A Lei nº 9.717/1998 estabelece normas gerais de organização e funcionamento, enquanto a Portaria MTP nº 1.467/2022 consolida parâmetros operacionais relevantes para os entes federativos.

Vínculo do servidor e fronteira com o regime geral

A filiação ao regime próprio decorre da titularidade de cargo efetivo abrangido pela legislação do ente. O simples exercício de atividade na Administração Pública não conduz automaticamente à filiação. Ocupantes exclusivamente de cargo em comissão, agentes contratados temporariamente e empregados públicos submetem-se, em regra, ao Regime Geral de Previdência Social, porque o vínculo jurídico que mantêm não corresponde ao cargo efetivo protegido pelo regime próprio. Essa distinção evita duplicidade de filiação e delimita quem pode contribuir, adquirir tempo no regime e gerar proteção previdenciária aos dependentes. Em um município que mantém regime próprio, por exemplo, um servidor efetivo da carreira de fiscalização municipal vincula-se ao RPPS, enquanto uma pessoa nomeada apenas para cargo em comissão permanece vinculada ao regime geral.

A comparação abaixo evidencia diferenças institucionais que ajudam a delimitar o campo de cada regime sem confundir a natureza pública de ambos.

Critério	Regime próprio	Regime geral
Vínculo típico	Titular de cargo efetivo abrangido pelo ente	Trabalhadores e demais segurados sujeitos ao regime geral
Organização	Mantido por ente federativo que possua RPPS	Regime nacional
Gestão	Unidade gestora do respectivo ente	Estrutura federal competente
Benefícios centrais	Aposentadorias e pensão por morte	Benefícios previstos na legislação geral
Regras de concessão	Constituição, normas gerais e legislação aplicável ao ente	Legislação nacional do regime geral

A tabela mostra que a distinção não é apenas administrativa. Ela afeta custeio, registro do tempo contributivo, concessão de benefícios e responsabilidade financeira. Quando o servidor transita entre regimes, a contagem recíproca e a compensação financeira podem permitir o aproveitamento de períodos contributivos, mas cada regime continua responsável pelos efeitos jurídicos que a legislação lhe atribui.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

- **Organização, unidade gestora e competências do ente**

A existência de regime próprio pressupõe estrutura capaz de administrar cadastro, arrecadação, investimentos, concessão e manutenção de benefícios, contabilidade, avaliação atuarial e relacionamento com instâncias de controle. A legislação do ente define a forma administrativa da unidade gestora, que pode assumir configuração compatível com a organização local, desde que respeite as exigências nacionais. A gestão deve ser concentrada em unidade responsável pelo regime, evitando fragmentação que dificulte controle, transparência e padronização. A competência do ente não é absoluta: regras locais precisam se harmonizar com a Constituição, com a Lei nº 9.717/1998 e com os parâmetros gerais federais.

Funcionamento integrado e separação patrimonial

O funcionamento regular exige que os recursos previdenciários sejam tratados como recursos vinculados às finalidades do regime. Receitas contributivas, aportes legalmente destinados ao RPPS, rendimentos de investimentos e outras entradas admitidas devem ser registradas e administradas com segregação em relação às despesas comuns do Tesouro. O mesmo vale para o tratamento contábil e para o acompanhamento de obrigações futuras. Em uma reorganização administrativa municipal, por exemplo, não basta transferir o nome da autarquia previdenciária para outro órgão: é necessário preservar cadastros, contas, controles, responsabilidades, fluxos de arrecadação e governança que permitam identificar com clareza o patrimônio e as obrigações previdenciárias.

Competência normativa e limites federativos

A autonomia federativa permite ao ente editar sua legislação previdenciária, organizar a unidade gestora e disciplinar aspectos do plano de benefícios dentro do espaço juridicamente disponível. Essa autonomia, porém, convive com normas constitucionais de aplicação obrigatória e com normas gerais federais. A Emenda Constitucional nº 103/2019 também vedou a instituição de novos regimes próprios, preservando os já existentes sob as condições constitucionais. Para Estados, Distrito Federal e Municípios, a incidência das regras da reforma deve ser lida em conjunto com a legislação local efetivamente aprovada, especialmente em matéria de requisitos de aposentadoria. Assim, duas administrações municipais podem possuir RPPS e apresentar regras de concessão distintas, sem que isso autorize afastamento de parâmetros nacionais de custeio, equilíbrio, governança e fiscalização.

Custeio e equilíbrio financeiro e atuarial

- **Formação das receitas e responsabilidade contributiva**

O custeio do regime próprio é estruturado para financiar benefícios presentes e futuros. A contribuição do ente, a contribuição dos segurados ativos e, quando juridicamente cabível, a incidência contributiva sobre aposentados e pensionistas compõem o núcleo do financiamento. Também podem existir aportes para equacionamento de insuficiências, receitas patrimoniais e rendimentos de aplicações, desde que observadas as regras de vinculação e destinação. O caráter contributivo impede que a proteção previdenciária seja tratada como despesa sem fonte de financiamento. O caráter solidário, por sua vez, revela que o sistema não se resume a contas individuais: receitas e obrigações integram uma estrutura coletiva submetida a regras de repartição de riscos e de responsabilidade do ente instituidor.

Arrecadação, base contributiva e disciplina de repasses

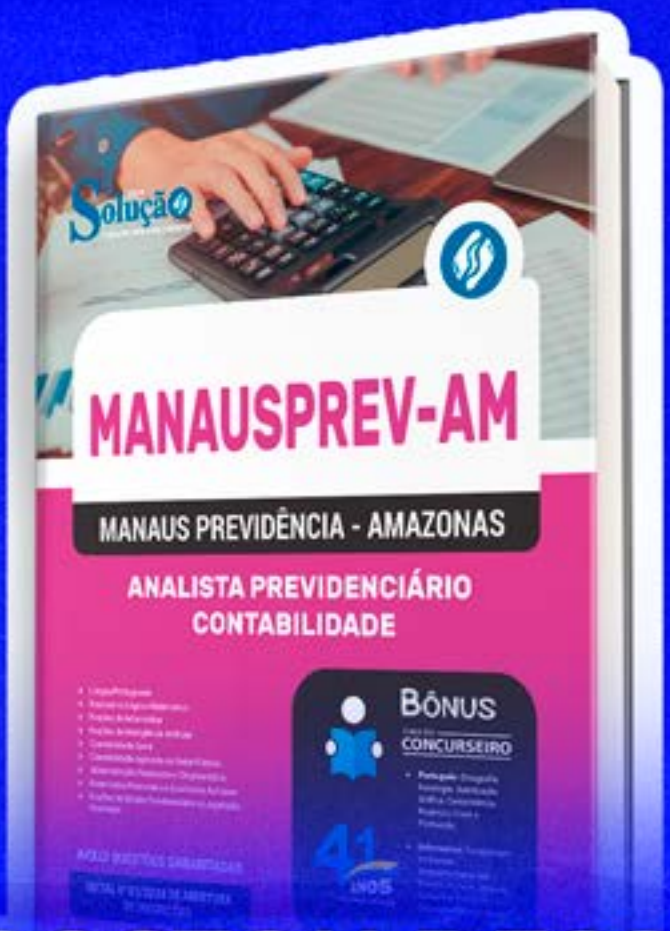
A gestão do custeio depende de cadastro funcional confiável, identificação correta das parcelas sujeitas à contribuição e repasse tempestivo dos valores arrecadados. Retenção da contribuição do servidor sem transferência ao regime compromete o fluxo financeiro e gera irregularidade administrativa e previdenciária. A folha de pagamento precisa dialogar com a unidade gestora para que ingressos, afastamentos, mudanças remuneratórias, aposentadorias e óbitos sejam refletidos nos registros. Um ente que descobre divergência entre a folha do Poder Executivo e o cadastro previdenciário deve reconciliar as bases antes de projetar receitas futuras, pois dados incorretos distorcem tanto a arrecadação mensal quanto a avaliação atuarial.

- **Equilíbrio financeiro e equilíbrio atuarial**

O equilíbrio financeiro observa a capacidade de honrar, em determinado horizonte de curto prazo, despesas previdenciárias com as receitas disponíveis. O equilíbrio atuarial examina a compatibilidade, em perspectiva de longo prazo, entre recursos, contribuições, patrimônio, perfil dos segurados e obrigações projetadas. As duas dimensões se relacionam, mas não são equivalentes. Um regime pode apresentar caixa suficiente hoje e, ainda assim, acumular insuficiência atuarial relevante para décadas futuras. Também pode enfrentar tensão momentânea de caixa embora possua plano de financiamento estruturado para manter solvência ao longo do tempo.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

Editora Solução
a solução para o seu concurso!



GOSTOU DESSE MATERIAL?

Então não pare por aqui: a versão **COMPLETA** vai te deixar ainda mais perto da sua aprovação e da tão sonhada estabilidade. Aproveite o **DESCONTO EXCLUSIVO** que liberamos para Você!

EU QUERO DESCONTO!